A imprensa, a cidadania e a formação da opinião pública

João Pedro Dias Vieira*

RESUMO
Este artigo discute o papel da imprensa na formação da opinião pública. Partindo da necessidade social da informação ao longo dos tempos, desde os desenhos das cavernas, passando pela história oral, pelos idos de Moisés, pela transmissão de notícias dos imperadores romanos, pelos avisos da Idade Média até chegar ao advento do jornal, evidencia-se a importância da imprensa para o fortalecimento da cidadania.
Palavras-chave: informação; opinião pública; cidadania.

SUMMARY
This article discuss the press role in the formation of public opinion. Out of the social need of information in the course of time, from cavern drawings, passing by oral history, by Moses times, by Roman emperors ways of transmitting the news, by medieval notices to the arrival of newspaper, the importance of the press to strengthen citizenship is evidenced.
Keywords: information; public opinion; citizenship.

RESUMEN
Este artículo discute el rol de la prensa en la formación de la opinión pública. A partir de la necesidad social de información al largo de las eras, desde los dibujos en las cuevas, la historia oral, los tiempos de Moisés, la transmisión de noticias de los emperadores romanos, los avisos de la Edad Media hasta alcanzar el advenimiento del periódico, se evidencia la importancia de la prensa para o fortalecimiento de la ciudadanía.
Palabras llave: información; opinión pública; ciudadanía.

A necessidade de comunicação e de transferência de informação entre os homens existe desde a época em que viviam de forma primitiva. Os desenhos em cavernas mostram a intenção em transmitir informações visuais, possivelmente para terem certeza que seriam duradouras. Portanto, a informação do grupo é anterior ao advento do jornal, que surge na Idade Média para atender às demandas sociais do período e evolui com a invenção da imprensa, que se liga ao desenvolvimento do capitalismo - um reflexo das novas relações do indivíduo com a sociedade. Verifica-se que a imprensa é indissociável da idéia de cidadania e de formação da opinião pública, questões que trataremos neste artigo.

Os desenhos de animais feitos na pré-história, nas paredes de cavernas, demostram a preocupação do homem com a transmissão de informações, principalmente de atos importantes para a sobrevivência, como é o caso da caça. Esses desenhos, que retratam a caça, com ferimentos provocados por armas ou lanças enfiadas em pontos vitais, poderiam servir, segundo Edgar Morin (1975), tanto para ensinar quais pontos deveriam ser atingidos quanto para dar confiança ao caçador sobre os objetivos almejados. Ou mesmo as duas opções.

A forma gráfica foi a primeira maneira encontrada pelos homens para se comunicarem e darem perenidade ao pensamento. Segundo Helena Curtis (1977), não é possível precisar em que momento o homem começou a articular as palavras; mas, sabemos quando e como começou a se manifestar através da escrita.

Os escritos de Moisés foram a primeira e mais forte influência sobre um número expressivo de pessoas no mundo ocidental, e até hoje são estudados os cinco livros que escreveu: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Podemos dizer, também, que têm interferência sobre as ações dos homens e influenciam fortemente a opinião pública em diversos assuntos, principalmente os ligados à moral.

A oralidade ganha força com os gregos, que se destacam pela oratória. A palavra de Sócrates, por exemplo, só existe por meio dos escritos de Platão, que as imortalizou após transcrevê-las – preocupação que não teve seu mestre. Esses filósofos ainda exercem um poder sobre os homens com suas teses comportamentais.

Não se pode manter as informações, se transmitidas oralmente. A força das idéias e os próprios ideais perdem-se sem a palavra escrita e seus significados. Como temos limitações em nossa memória, a história oral restringe-se a assuntos essenciais, da ordem do mito e dos ritos.

Ao mesmo tempo em que o discurso evoluiu da forma oral para a escrita, o homem passou a priorizar a vida individual em detrimento da vida em grupo. A imprensa aparece dentro desse quadro de aumento crescente da população, que se distribui por todo espaço territorial, de dificuldade de comunicação direta com o grupo, decorrente da fragilidade dos laços com a comunidade.

Mesmo que esta tese seja contestada, o aumento da população provoca a dispersão e faz com que as pessoas agreguem-se em vários grupamentos, tais como religiosos, militares, políticos, sindicais ou quaisquer outros, em torno de um objetivo em comum.

Diante desse desafio, os detentores de poder procuram e encontram modos de se comunicar com o maior número de pessoas ou grupos para se fortalecer. Os

imperadores romanos, por exemplo, criaram as Acta: Acta diurna, Acta populi, Acta urbis ou Acta diurna populi urbani. Para as notícias importantes, foi criado o Album - tábuas brancas, símbolo de pureza -, que ficava pendurado no muro da residência do grande pontífice, por todo o ano.

Podemos deduzir de tais práticas que o valor da notícia não está na informação, mas, sim, no destaque dado a ela, no local em que é divulgada e principalmente no seu significado. No caso do grande pontífice, o mito é o avalista da importância e do significado.

Outro fato relevante ocorreu na Roma Antiga, em 69 a.C., considerado como a primeira manifestação de massificação da informação, o que a princípio indica que existia uma democratização das notícias. Ao assumir o consulado, Júlio César determinou que fossem informados diariamente à população os atos do povo e do Senado. Carlos Rizzini (1997) analisa que esta atitude servia, na verdade, para "desmoralizar o Senado, ao expor dissídios e conflitos até então encobertos por inviolável sigilo" (1977, p.5) e intencionava fortalecer os seus argumentos para se tornar ditador. Podemos inferir disso que a democratização das informações pode servir aos mais diferentes fins, principalmente se estas atitudes partem do Estado ou do governante. Não existem registros de manifestações escritas contra autoridades, o que nos faz acreditar que, se existiram, eram feitos oralmente.

Durante a Idade Média, pode-se dizer que houve uma regressão na forma de se transmitirem notícias: as novidades voltam a ser divulgadas oralmente, por meio de poesias e dos cantos dos trovadores e jograis. Raros eram os soberanos que conheciam o alfabeto, e os trovadores cumpriam o papel de jornalistas. Eram eles que se encarregavam de fazer "reportagens dos acontecimentos que acreditavam ser importantes, através de trovas com as histórias que tomavam conhecimento. Chegaram, inclusive, a intervir ativamente nas questões públicas, atacando os poderes estabelecidos", afirma Carlos Rizzini. (1997, p.39)

Foi também uma época em que o correio passou a ter uma participação importante na propagação das informações. A necessidade de as pessoas se sentirem melhor informadas aprimora o modo de transmissão dos acontecimentos.

Provavelmente, este foi o motivo que levou banqueiros e comerciantes a criarem, a partir do século XIII, os avvisi: um meio de comunicação, uma espécie de jornal mural, em forma de cartaz. Os avvisi eram o meio empregado para prestar a informação dos produtos comprados em outras regiões ou produzidos pelos artesãos – atividade crescente naquele período -, quando começa a surgir uma nova classe social: a burguesia.

Uma conseqüência natural foi a tendência à concentração de pessoas com o mesmo fim comercial – produtores, artesãos, comerciantes e banqueiros - para defender seus interesses, bem diferentes daqueles dos governantes e da Igreja Católica.

Estes avisos foram a primeira manifestação escrita que não estava vinculada ao Estado ou à Igreja Católica - esta com uma grande ascendência, que, entre outras coisas, legitimava o poder dos soberanos.

O passo seguinte aos avvisi foi o aparecimento das folhas informativas manuscritas, que eram vendidas. Estas folhas continham notícias sobre comércio, movimento de navios, colheitas e de guerras. Influenciavam a atividade comercial e já traziam fatos sociais e curiosidades. Estas folhas tiveram grande repercussão na Inglaterra, Itália e França, que, por este motivo, são combatidas, abertamente, pela Igreja Católica, que criticava os que redigiam notícias hostis ao Papa, Cardeais e Padres.

Os primórdios da imprensa

Em meados do século XV, mais precisamente em 1452, em Mangungia, Alemanha, Johan Gutemberg imprime a Bíblia com uma tiragem de 250 exemplares, em papel velino. Este fato representou a democratização das informações, pela facilidade de reprodução dos escritos com seus significados. E o surgimento da máquina tipográfica – que, segundo Nilson Lage (1985), não existe comprovação histórica de quem foi seu inventor - provocou uma revolução.

Até então, a faculdade de ler e escrever pertencia a pequenas elites nobres, sacerdotes e escribas. A imprensa surge ao lado das exigências do capitalismo, porém combinada à ânsia de conhecimento - o que levou dois séculos depois à massificação da informação.

A imprensa periódica surgiu em um contexto de reivindicações e reclamações contra as alfândegas, os impostos, os senhores feudais - já transformados em cortesãos corrompidos pelo fausto e endividados com os banqueiros. O mais antigo jornal com periodicidade, preservado em bibliotecas, começou a circular em Bremen, na Alemanha, em 1609. (Lage, 1985)

Nos primeiros jornais, a notícia aparecia como fator de acumulação de capital mercantil: uma região seca, sob catástrofe, indicava que certa produção não entraria no mercado e uma área extra de consumo se abriria na reconstrução.

A burguesia soube usar os jornais para a sua arrancada final sobre os palácios. A Igreja e o Estado - que caminhavam juntos - tentaram conter os impressos com índex e censura. Foram muitos os anos de intensa luta política, ao longo dos quais a informação aparecia como tema de análise dos publicistas, de denúncia dos panfletários e de adulação dos escritores cortesãos.

O investimento para imprimir um jornal era pequeno, a redação limitava-se a duas ou três pessoas, os leitores pagavam o preço do papel e da tinta, e costumavam até prover o capital inicial, com a contratação de assinaturas. Em termos econômicos, qualquer um podia lançar sua folha, desde que tivesse centenas de amigos, correligionários ou contato com pessoas com motivo para temer ataques impressos, caso não contribuíssem.

É um período em que os jornais apenas defendiam interesses econômicos e políticos; não existia intenção de comercializá-los. Os homens faziam os jornais para influenciar pessoas e transformar a estrutura de poder então existente. A influência na opinião pública era ideológica - com exceção de alguns jornais que prestavam serviços.

As grandes mudanças no mundo ocidental ocorreram na Inglaterra, no século XVII - quando se configura o formato do governo parlamentar inglês (adotado até os dias de hoje). Este novo modo de governar serviu de modelo a diversos governos da Europa, adotados posteriormente nos Estados Unidos - com a sua independência - e na França, com a Revolução, que teve como base os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Nesse período se discute o princípio de cidadania; a população quer participar ativamente das atribuições do Estado. O conceito de cidadania gesta-se à medida que a sociedade torna-se mais complexa e que diminuem os laços entre as pessoas na comunidade. A evolução do conceito se coloca de acordo com a mudança na estrutura de poder e é inseparável da idéia de direitos e deveres individuais.

Além das estruturas de poder, a Ingla-

terra altera as estruturas educacionais. A democracia inglesa não tem apenas uma função representativa; ela assume uma forma educacional e cultural. Os benefícios decorrentes dos trabalhos realizados no parlamento estendem-se não só aos representantes do povo, como também ao próprio povo.

É nesse contexto que surge na Inglaterra a expressão opinião pública. Para Habermas, a palavra opinião tem vários significados, dos quais destacaremos o do latim, opinio, que significa juízo sem certeza, não plenamente demonstrado; e o significado dado por M. Wieland, que identifica opinião pública como o mudo espírito do povo. Estes significados são apresentados pelos autores porque na época os representantes do parlamento inglês já estavam atentos aos desejos do povo (Lage, 1985). Esta mudança provoca uma cisão entre as estruturas de poder e as estruturas de cultura e se caracteriza pela ênfase dada ao princípio de liberdade.

A burguesia interessada nas mudanças procura uma maneira mais interessante de conduzir o Estado. É importante deixar claro que essa é uma época em que se começa a emancipação econômica sob a égide da burguesia, que altera as estruturas de poder para adequá-las aos seus anseios. A mudança das instituições torna-se essencial para assegurar a liberdade e o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e financeiras, sem restrições do Estado e da Igreja.

Nesse momento, a imprensa assumiu um papel fundamental para a legitimação do Estado burguês. Segundo Nilson Lage (1985), o jornal vem atender a uma demanda de divulgação do livre pensamento e a defesa da livre produção e comércio da burguesia, que se constituía como classe. A imprensa foi, desde os seus primórdios, um instrumento de luta ideológica de emancipação da burguesia. A população, em geral, orientava-se pelas intenções da burguesia, por meio das notícias dos jornais.

A imprensa assumiu, um caráter educativo, sobretudo depois da segunda metade do século XIX, quando ficou responsável pelo acesso das massas, recentemente alfabetizadas, à cultura letrada, com a da literatura de folhetim. Consolida-se a idéia de que a imprensa é o espaço de defesa do cidadão. A partir de então, a relação entre Estado, mercado e sociedade sofre profunda transformação na correlação de forças.

Partindo da perspectiva do pensamento de Jürgen Habermas pode-se concluir que os jornais tiveram influência nas transformações sociais, pois provocavam debates sobre os assuntos. Para o autor, por meio da conversação dos cidadãos entre si, são verbalizados e configurados os desejos, mais tarde tornados realidades. Desse ponto de vista, a trajetória da informação se estabelece da seguinte forma: provocada nas conversações, é verbalizada nas notícias dos jornais até se formar a opinião pública. A informação tem um destino certo: o fim do Absolutismo, todo o poder nas mãos da sociedade, classificada por Habermas de "esfera da sociedade burguesa". (1984) Desse modo, dividem-se em três segmentos as forças que disputam o mesmo espaço físico: a esfera pública, representada pelo Estado; a esfera privada, representada pelo mercado; e a esfera da sociedade burguesa, representada pela sociedade em geral.

Com a modificação da correlação de forças provocada pela burguesia no século XVII, surgiu uma nova palavra: privado. Privat significa estar excluído, "privado do aparelho do Estado, pois público refere-se entrementes ao Estado formado com o Absolutismo, e que se objetiva perante a pessoa do soberano (...) o poder público é a antítese do sistema privado". (Habermas, 1984, p.16) Com a separação da esfera pública da privada, surge a esfera da "sociedade burguesa", contrapondo-se ao Estado, como genuíno setor da autonomia privada. Para Habermas, essas alterações fazem com que o Estado passe a intermediar os interesses do mercado e da sociedade, com leis elaboradas sob a "pressão da sociedade", atendendo a diversas finalidades, muitas vezes não identificadas.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a alteração na forma de poder deve-se à imprensa: "Por muitas razões, fáceis de inferir e demonstrar, a história da imprensa é a própria história da sociedade capitalista (...) um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhado a este, numa ligação dialética e não simplesmente mecânica (...) A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e indivíduos". (1977, p.1)

Não existe aqui a intenção de se discutir a influência da imprensa sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista, mas, sim, atentar para a importância da mudança de comportamento dos homens a partir da utilização da imprensa como força política. Este fato pode ser constatado pela velocidade da informação na Idade Moderna, em contraste com o período feudal. Esta lentidão na Idade Média não pode ser atribuída somente ao controle feito sobre a imprensa pelo Estado e pela Igreja, mas também à pouca necessidade social de informação, ao contrário do que ocorre nos tempos modernos.

O aprimoramento das máquinas, na última metade do século XIX, proporcionou consideráveis inovações que fortaleceram a imprensa, entre as quais, o aparecimento de um efetivo mercado de massa para os jornais, com o aumento de trabalhadores que aprenderam a ler. Público valioso porque, tendo ascendido ao poder simbólico das palavras impressas, torna-se formador de opinião entre seus pares ainda iletrados. O jornal torna-se, em 1886, um empreendimento empresarial, com a criação da composição de linhas de chumbo na linotipo de Menganthaler, o que baixou os custos por exemplar, diminuindo a defasagem entre o tempo do acontecimento e a informação publicada no jornal. A publicidade, última etapa dessas mudanças, passou a custear a maior parcela dos custos editoriais. O público passa a receber informação sobre a oferta de bens de consumo, é motivado a consumir e induzido a comprar, através de um arsenal de instrumentos de persuasão e intervenção psicológica.

Nilson Lage (1985) analisa que por algum tempo a imprensa confundiu-se com o que se chama hoje de comunicação de massa. A luta pelo aumento de tiragem levou jornais a ampliarem a área de serviços e incluir em suas páginas folhetins, horóscopos e seção de cartas dos leitores. Contudo, a notícia continua sendo a matéria-prima, adequando-se a outros padrões industriais.

Todo este processo ocorreu também no Brasil, com modos e tempos próprios, devido à forma distinta de ocupação dos territórios e da política exercida no país, desde a Colônia.

A imprensa no Brasil

Do descobrimento até o início do século XIX, mais precisamente em 1808, quando a família real transferiu-se para o Brasil, a administração portuguesa impediu a tipografia e o jornalismo. Em 1847, por exemplo, uma tipografia localizada no Rio de Janeiro, que imprimia O exame

de Bombeiros, teve o proprietário preso e severamente punido, além de ter sido destruído o prelo. (Bahia, 1990, p.10)

O domínio português, de 1500 até o desembarque da comitiva de D. João VI, asfixiou toda e qualquer manifestação livre de pensamento. A palavra imprensa era considerada crime: conceito trazido da Europa.

Entretanto, no século XVIII, seguindo os caminhos dos Estados Unidos e da França, tiveram início manifestações contra as imposições e explorações de Portugal: a Inconfidência, a Revolução dos Alferes, a Revolução Nativista de Pernambuco e movimentos populares como a Cabanagem. Estes movimentos aumentaram a pressão da Coroa Portuguesa contra a implantação da tipografia e do jornalismo no Brasil.

Comparado a outros países do continente sul-americano, o Brasil é o mais atrasado nessa área. A primeira tipografia do continente data de 1533, no México, seguido do Peru, em 1584. Estes dois países estavam à frente até mesmo dos Estados Unidos, que fundou a primeira tipografia em 1600. (Bahia, 1990, p.106)

Ao longo de mais de duzentos anos, aproximadamente sete gerações separam-nos dos outros países latino-americanos. O Brasil fundou o primeiro jornal no mesmo ano em que a família real veio para o país, exatamente no dia 1º de junho de 1808, com periodicidade mensal. Assim mesmo, só pôde ser impresso em Londres, para fugir à censura prévia, o contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, onde a imprensa foi uma conquista de colonos sobre colonizadores.

No Brasil, como em outros países, a ação da imprensa tem grande valor para o desenvolvimento da vida brasileira, como afirma Bahia: "Não importa que o cenário colonial permaneça medíocre e que muitas vezes utilizem a liberdade de expressão do pensamento para contrariar as aspirações autonomistas do povo. O que importa são os acontecimentos – e estes se desenrolam conduzidos pela pressão da sociedade que faz com que a Colônia obtenha, em uma década, o que não fora possível em três séculos". (idem, p.109)

A virada do século XIX ao XX trouxe consideráveis mudanças para o Brasil e, conseqüentemente, para a imprensa. A imprensa fortaleceu o sentimento de nacionalidade, consolidada a partir da Independência, e incorporou a ideologia responsável pela Proclamação da República.

Foi ainda nesse período que os jornais se transformaram em empresas jornalísticas, dotadas de equipamento gráfico adequado à atividade industrial. Assim, as modificações ocorrem tanto na produção quanto na circulação, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, a política e os leitores. (Sodré, 1977)

O jornal como empreendimento individual ou como aventura isolada desapareceu nas grandes cidades, trazendo como um dos efeitos a redução do número de periódicos, devido, principalmente, à nova estrutura que se precisava para a implantação de um jornal. As relações empresariais capitalistas são responsáveis por esse processo, segundo Sodré.

Uma revisão dos conceitos levou os editores a redimensionar os espaços nos jornais, pois perceberam que a notícia era prioridade, provocando um impulso editorial na cobertura dos fatos do dia a dia. O perfil do jornalista deixou de estar envolvido com a militância opinativa e passou a ser mais profissional, quando os jornais adotaram padrões éticos, com definições e regras de procedimentos que deveriam ser regulares nas vinculações da imprensa com a sociedade e o poder.

As duas guerras mundiais provocaram profundas transformações na sociedade e nas relações dos povos com o sistema de comunicação de massa. As notícias passaram a ser fontes históricas, levando Hélio Silva a dizer que "quem quiser conhecer os fatos e as figuras que dirigiram o Brasil terá que ler os jornalistas". (apud Bahia, 1990, p.141)

Esta dinâmica deu-se gradualmente até os anos 50, quando as alterações passaram a ser rápidas, a cada cinco anos. Sobre isso, Juarez Bahia explica que: "Jornais e revistas tendem a valorizar, agora, como provavelmente após o ano 2000, edições concebidas por rígidos princípios de qualidade, e não de quantidade; de unidade e coerência, ao invés de dispersão ou fragmentação. As notícias impressas não se basearão em condições de variedade ou rapidez, mas de idoneidade e precisão a custos baixos". (idem, p.247) O resultado é que o jornal continua a ser o veículo que melhor reflete o sentimento do leitor, a observação isenta do acontecimento, a opinião independente, a fim de reproduzir a visão mais realista possível da vida em comunidade.

Hoje em dia, os jornais têm maior preocupação com a opinião dos leitores do que com a notícia. Os principais fazem pesquisa diária com seus leitores para que opinem sobre a edição. O Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo, por exemplo, publicam diariamente a opinião dos leitores sobre a edição da véspera: o que acharam das fotos, das notícias, dos assuntos da primeira página etc.

Ao mesmo tempo em que procuram saber o que agrada, cumprem um papel de relações públicas, dizendo aos leitores que a opinião deles é importante. Desse modo, subliminarmente os jornais vão estimulando um forte vínculo de confiança, levando os leitores a acreditar nas informações dadas. No passado, porém, o que tornava um leitor cúmplice dos jornais era a vontade de mudança, o fim de um sistema político de imposição.

Quando transforma seu leitor em cúmplice, na verdade o jornal está induzindo-o a defender os interesses editoriais, muitas vezes noticiados implicitamente. É evidente que o consumidor (leitor) julga-se respeitado em seus direitos quando o fabricante (editor) pergunta se ele está satisfeito com o produto e, se não está, promete fazer as alterações necessárias, ou então faz com que o consumidor acredite que o que pede não condiz com os desejos dos outros consumidores. A revista Veja, por exemplo, costuma lembrar na seção de "Carta ao leitor" o que faz para levar aos seus leitores o que há de melhor em uma revista semanal.

Portanto, gradativamente os meios de comunicação impressos vão publicando notícias da conveniência do leitor, levando-o a tomar partido da opinião dos jornais.

Na verdade, desde o surgimento da imprensa, o que tem mudado é a forma de se imprimir, a apresentação das notícias e os meios de financiamento dos jornais. Entretanto, a imprensa cumpre a mesma função social: formação de opinião e defesa do livre direito do cidadão. Se este papel é ou não cumprido, é de menor importância, pois, para o leitor, o "seu" jornal atende a esta expectativa.

Bibliografia

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica, 1. História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

CURTIS, Helena. Biologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1985.

MELLO, Mario Vieira de. O cidadão. Rio de Janeiro: Top Books, 1994.

MORIN, Edgar. O enigma do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIZZINI, Carlos. O jornalismo antes da tipografia. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

** João Pedro Dias Vieira é Jornalista, Mestre em Ciência da Informação pela ECO/UFRJ e Professor da FCS/UERJ.*